COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 2.003, DE 2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras bancárias disponibilizarem acesso, via autoatendimento ou internet, às informações previdenciárias de seus correntistas.

Autor: Deputado LUCIANO DUCCI

Relator: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.003, de 2015, de autoria do nobre Deputado Luciano Ducci, tem por objetivo obrigar as instituições bancárias a fornecerem a seus correntistas, por meio de terminais de autoatendimento ou de seus sítios na internet, acesso gratuito aos extratos de informações contidas no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS. O projeto determina ainda que o Poder Executivo providenciará a cooperação técnica necessária para a implementação da medida proposta.

O autor assinala que a proposição em exame foi elaborada com base no Projeto de Lei nº 2.093, de 2011, da lavra do nobre Deputado Junji Abe. Esse projeto foi arquivado ao final da legislatura passada, mas, segundo o Deputado Luciano Ducci, ainda “mantém-se oportuno e atual”. Em sua justificção, o Parlamentar transcreve a argumentação apresentada pelo Deputado Junji Abe na justificção da proposição que o inspirou a apresentar o Projeto de Lei nº 2.003, de 2015.

Nesse sentido, salienta que o compartilhamento de informações entre o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – e as instituições financeiras permitirá um acréscimo significativo no número de acessos ao CNIS. Ainda segundo o autor, a medida ampliará o leque de opções do trabalhador para consultar suas informações cadastrais junto à Previdência Social.

No prazo regimental, foi apresentada uma emenda ao projeto – a emenda EMC nº 1/2015 CCTCI, de autoria do Deputado Benito Gama. A emenda obriga o INSS a disponibilizar a seus segurados, no sítio da entidade na internet, as informações constantes do CNIS. Além disso, para que essas informações sejam disponibilizadas pelos bancos a seus correntistas, determina que os dados do CNIS sejam repassados pelo INSS a essas instituições.

Conforme o despacho expedido pela Mesa da Câmara dos Deputados, posteriormente ao exame desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, o projeto em epígrafe deverá ser submetido à apreciação da Comissão de Seguridade Social e Família, da Comissão de Finanças e Tributação (análise de mérito e art. 54 do Regimento Interno) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento).

Por oportuno, cumpre-nos assinalar que o presente relatório foi elaborado com base no parecer apresentado em 2013 pelo relator do Projeto de Lei nº 2.093, de 2011, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, o ilustre Deputado Bruno Rodrigues, que não foi apreciado em tempo hábil por este colegiado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A consulta ao Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS – permite que o trabalhador disponha do acesso a informações sobre vínculos empregatícios, remunerações e demais dados utilizados como referência para o cálculo de contribuições, benefícios e a data da sua aposentadoria. Em regra, a consulta ao cadastro é realizada nos terminais de autoatendimento ou no Portal da Previdência na internet, com acesso mediante senha fornecida pela entidade.

No entanto, desde 2009, os milhões de correntistas do Banco do Brasil passaram a dispor da facilidade de consultar o CNIS no portal do próprio banco e nos seus quarenta mil terminais de autoatendimento. Para

tanto, basta que o correntista se utilize dos instrumentos de autenticação regularmente exigidos pelo Banco do Brasil, sem necessidade de obtenção de uma senha junto à Previdência Social.

O sucesso dessa iniciativa pode ser atestado pelo elevado número de consultas a extratos previdenciários realizadas por meio dos sistemas informatizados do banco, que alcançou mais de 424 mil acessos somente no primeiro quadrimestre de 2012. O êxito dessa iniciativa pioneira levou a Caixa Econômica Federal a implementar projeto semelhante em 2012.

A oferta desse novo recurso só foi possível graças a um notável esforço de cooperação entre o Ministério da Previdência, o INSS, a Dataprev, o Banco do Brasil e a Caixa. Em parceria, essas instituições desenvolveram soluções tecnológicas inovadoras e celebraram acordos para o compartilhamento das informações do CNIS e a sua disponibilização para os correntistas do Banco do Brasil e da Caixa.

O projeto em exame propõe estender essa iniciativa para os correntistas das demais instituições financeiras bancárias. Cumpre a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática manifestar-se sobre a matéria sob o prisma dos campos temáticos elencados no inciso III do art. 32 do Regimento Interno da Casa.

Nessa perspectiva, a proposta em análise reveste-se dos atributos de conveniência e oportunidade indispensáveis para sua aprovação. Em primeiro lugar, os benefícios proporcionados pelo projeto para os milhões de segurados da Previdência Social são incomparavelmente superiores aos custos necessários para sua implantação, sobretudo se considerarmos que o Poder Executivo já desenvolveu todas as ferramentas tecnológicas básicas para o compartilhamento das informações cadastrais com o sistema bancário. Não há, portanto, óbice de natureza tecnológica para a imediata implementação do sistema proposto.

Para as instituições financeiras, por sua vez, os recursos necessários para a adoção da medida serão insignificantes, principalmente se levarmos em conta o porte dessas empresas e a farta disponibilidade no mercado de tecnologias para a finalidade proposta. Além disso, os bancos já dispõem de numerosas equipes de suporte a sistemas de informática e telecomunicações, que poderão facilmente replicar a experiência do Banco do Brasil e da Caixa no acesso compartilhado às informações previdenciárias.

Trata-se, portanto, de proposta que está perfeitamente alinhada com o princípio consagrado no art. 192 da Constituição Federal, que determina que o sistema financeiro nacional deve ser estruturado de modo a servir aos interesses da coletividade.

Apesar dos já mencionados méritos do Projeto de Lei nº 2.003, de 2015, o autor da Emenda nº 1/2015, o nobre Deputado Benito Gama, identificou alguns pontos da proposição que carecem de aperfeiçoamento. Em primeiro lugar, argumenta que o projeto, embora obrigue as instituições financeiras a fornecerem as informações constantes do CNIS para seus correntistas, não determina expressamente que o INSS repasse essas informações para os bancos, limitando-se apenas a autorizar o acordo de cooperação técnica para intercâmbio desses dados. É necessário, portanto, instituir dispositivo que obrigue o INSS a transferir os dados do CNIS para as instituições bancárias, sob risco da perda de efetividade do projeto.

Além disso, a emenda concede um prazo de 180 dias para que as instituições financeiras adequem seus sistemas e procedimentos às disposições criadas pelo projeto, proposta que também consideramos oportuna. Por fim, ainda em concordância com o Deputado Benito Gama, entendemos que a maneira mais adequada de instituir os dispositivos constantes do projeto faz-se mediante acréscimo ao art. 29-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991¹, e não por meio da criação de lei autônoma, como propõe o Projeto de Lei nº 2.003, de 2015.

Por esse motivo, optamos pelo acolhimento das sugestões apresentadas na Emenda nº 1. Julgamos pertinente, porém, fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, a exemplo do autor do Projeto de Lei nº 2.003, de 2015, entendemos que as informações do CNIS devem ser fornecidas gratuitamente para os correntistas das instituições bancárias, determinação que não consta da emenda.

Ademais, ainda no intuito de assegurar maior efetividade ao disposto no projeto, propomos que as instituições bancárias que não disponibilizarem as informações previdenciárias para seus correntistas sejam submetidas ao pagamento de multa de até mil reais por usuário. Em complemento, também julgamos oportuno introduzir dispositivo proibindo o uso

¹ A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, “Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”.

dos dados do CNIS pelas instituições financeiras para finalidades diversas das previstas na proposição, sob pena da aplicação das sanções estabelecidas na legislação – em especial, na Lei de Acesso à Informação – a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Considerando, pois, os argumentos elencados, optamos por apresentar um Substitutivo aglutinando os dispositivos constantes do Projeto de Lei nº 2.003, de 2015, aos aperfeiçoamentos oferecidos pelo autor da Emenda nº 1 e por este Relator. Assim sendo, o VOTO é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.003, de 2015, e da emenda EMC nº 1/2015 CCTCI, na forma do SUBSTITUTIVO em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado SÓSTENES CAVALCANTE
Relator

COMISSÃO DE CIENCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.003, DE 2015

Altera a Lei nº 8.213, de 24 julho de 1991, obrigando as instituições financeiras bancárias a disponibilizarem, via autoatendimento ou pela internet, acesso às informações previdenciárias de seus correntistas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 8.213, de 24 julho de 1991, que “*Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*”, com o objetivo de obrigar as instituições financeiras bancárias a disponibilizarem, via autoatendimento ou pela internet, acesso às informações previdenciárias de seus correntistas.

Art. 2º Acrescentem-se os §§ 6º ao 10 ao art. 29-A da Lei nº 8.213, de 24 julho de 1991, com a seguinte redação:

“Art. 29-A.

.....

§ 6º *As instituições financeiras bancárias disponibilizarão gratuitamente para seus correntistas, nos seus terminais de autoatendimento e sítios na internet, as informações constantes no CNIS, na forma da regulamentação.*

§ 7º *Para efeito do cumprimento do disposto no § 6º, o INSS repassará gratuitamente as informações constantes no CNIS para as instituições financeiras bancárias.*

§ 8º A obrigação de que trata o § 6º deverá ser cumprida pelas instituições financeiras bancárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a regulamentação do disposto nos §§ 6º e 7º.

§ 9º As informações constantes no CNIS são consideradas informações pessoais relativas à vida privada, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo vedado às instituições financeiras bancárias fazer uso destas informações para finalidade diversa da prevista no § 6º, sob pena da aplicação das sanções previstas em lei.

*§ 10. O descumprimento ao disposto no § 6º implicará a aplicação de multa de até R\$ 1.000,0 (hum mil reais) por correntista que não tiver suas informações disponibilizadas pela instituição financeira bancária.”
(NR)*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado SÓSTENES CAVALCANTE

Relator